

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Em julho, conta de luz vai ter bandeira amarela	2
Título: Petrobrás dá início à venda de refinarias	2
Título: Símbolo da Lava Jato, Abreu e Lima é posta à venda	3
Título: Com alta demanda, Neoenergia capta R\$ 3,7 bi	5
Título: Polêmica em Alagoas faz Sergipe convidar Braskem a abrir unidade no Estado	6
Título: É hora do preço horário no setor elétrico?	6
Título: Broadcast de olho nas ações.....	8
Título: Desculpe, sra. Merkel	9
VEÍCULO: O Globo.....	11
Título: Pela internet, nióbio, o ‘ouro’ de Bolsonaro.....	11
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	13
Título: Refinarias à venda.....	13
Título: Julho começa com taxa extra na conta de luz	14

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 29/06/2019****Seção: Economia****Autor: Anne Warth / BRASÍLIA****Título: Em julho, conta de luz vai ter bandeira amarela**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou ontem que as contas de luz vão ter a bandeira amarela no mês de julho, com taxa extra de R\$ 1,50 a cada 100 quilowatts-hora consumidos (kWh). Em junho, as tarifas estavam com a bandeira verde, sem custo adicional para o consumidor.

"Julho é um mês típico da estação seca nas principais bacias hidrográficas do Sistema Interligado Nacional (SIN). A previsão hidrológica para o mês sinaliza vazões abaixo da média histórica e tendência de redução dos níveis dos principais reservatórios", disse a Aneel. "Esse cenário requer o aumento da geração termoeletrica, o que influenciou o aumento do preço da energia (PLD) e dos custos relacionados ao risco hidrológico (GSF) para patamares da bandeira amarela."

As duas variáveis que definem o sistema de bandeiras tarifárias são o preço da energia no mercado de curto prazo (PLD) e o nível dos reservatórios das hidrelétricas, medido pelo indicador de risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês). No sistema de bandeiras tarifárias, a verde não tem cobrança extra. Na amarela, a taxa é de R\$ 1,50 a cada 100 kWh. No primeiro nível da bandeira vermelha, o adicional é de R\$ 4,00 a cada 100 kWh. E no segundo nível R\$ 6,00 a cada 100 kWh.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 29/06/2019****Seção: Economia****Autor: Denise Luna / RIO****Título: Petrobrás dá início à venda de refinarias**

Competição. Estatal, que vai se desfazer de oito unidades de refino, ou metade da capacidade atual, definiu prazo de dois anos para a venda de quatro ativos, incluindo a polêmica Abreu e Lima (PE); petrolífera é hoje monopolista, com 98% de participação no setor

A Petrobrás anunciou ontem o nome das oito refinarias que planeja vender, sendo que quatro delas devem ir a mercado até 2021. São elas, Abreu e Lima (PE), Repar (PR), Landulpho Alves (BA), e Refap (RS). Já Reman (AM), Lubnor (CE), Regap (MG) e Six (PR) também serão vendidas, mas sem data definida.

O movimento irá reduzir à metade a capacidade de refino da estatal e faz parte de processo iniciado com a posse do atual presidente da estatal, Roberto Castello Branco. A Petrobrás hoje tem posição monopolista, com 98% de participação. A intenção da petroleira é voltar seus esforços à exploração e produção de petróleo e gás natural na região do pré-sal. A Petrobrás manterá apenas as refinarias mais lucrativas, próximas aos principais centros de produção de petróleo e consumo, como São Paulo e Rio de Janeiro.

O anúncio da venda acontece 20 dias depois de o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) assinar com a estatal um Termo de Compromisso de Cessação (TCC) para acabar com a concentração de mercado. Para o Cade, a posição monopolista da Petrobrás poderia acarretar práticas anticoncorrenciais. A estatal tem dois anos para vender oito ativos.

As propostas serão recebidas até 16 de agosto. Só poderão concorrer empresas com receita anual acima de US\$ 3 bilhões em 2018. As candidatas devem ter e operar ativos de produção, refino, transporte, logística, comércio, trading ou distribuição de petróleo ou derivados. No caso de investidores financeiros, o mínimo exigido é de pelo menos US\$ 1 bilhão em ativos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/06/2019

Seção: Economia

Autor: Denise Luna Fernanda Nunes / RIO

Título: Símbolo da Lava Jato, Abreu e Lima é posta à venda

Orçamento de refinaria em Pernambuco foi multiplicado por oito, em 9 anos; estatal vai ficar com "joias da coroa", na região Sudeste

A mais famosa das refinarias colocadas à venda pela Petrobrás é a de Pernambuco. A Refinaria Abreu e Lima, a mais moderna do Brasil, foi um dos principais alvos de investigação da Lava Jato. Seu orçamento inicial de US\$ 2,3 bilhões chegou a US\$ 18,5 bilhões, em um período de nove anos. A construção da Abreu e Lima (Rnest) foi um projeto idealizado pelo ex-diretor de abastecimento da petroleira, Paulo Roberto Costa, primeiro delator do esquema de corrupção da estatal.

Localizada no Porto de Suape, a 45 quilômetros do Recife, a Rnest tem capacidade para processar 130 mil barris de petróleo por dia, ou 5% da necessidade de derivados do País. Seu principal produto é o diesel com baixo teor de enxofre, combustível hoje importado pelo Brasil. Na lista, também está a primeira refinaria construída no País, Landulpho Alves, erguida na Bahia, em 1950. Com a venda da unidade, a Petrobrás praticamente se retira do mercado

de refino do Nordeste, apesar de definir a região como um dos mais rápidos crescimento no consumo de combustíveis no País. Fica apenas a pequena refinaria de Clara Camarão (RN).

Na região Sul, a Petrobrás colocou à venda duas refinarias. Uma no Paraná (Presidente Getúlio Vargas/Repar) e outra no Rio Grande do Sul (Alberto Pasqualini/ Refap). "O Sul apresenta um dos mercados de derivados de petróleo mais maduros do País, com previsão de crescimento estável da demanda nos próximos anos", afirma a Petrobrás, na propaganda de venda. A companhia quer ainda, em uma segunda fase sem data marcada, se desfazer de outras quatro refinarias (veja ao lado).

Perspectivas. Na véspera do anúncio, o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, justificou a venda das refinarias pelo baixo retorno da área em comparação ao da produção de petróleo e gás natural. Além disso, disse que, pelo menos uma das refinarias será vendida até o fim do ano.

Com a estatal porém ficarão as chamadas "joias da coroa": as refinarias localizadas na região Sudeste. Além da maior do País, em Paulínia (SP), que tem capacidade para refinar 434 mil barris por dia, ficaram de fora da venda outras unidades instaladas no Estado: Refinaria Capuava (Recap), em Mauá; Presidente Bernardes, em Cubatão; e a Henrique Lage (Revap), em São José dos Campos. A Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro, também irá permanecer com a companhia.

Em evento realizado ontem na FGV, Roberto Ardenghy, diretor de Relacionamento Institucional da companhia, afirmou que o modelo de vendas pretende evitar a transferência do monopólio para o setor privado. "Seria inadmissível."

Segundo ele, três segmentos deverão se interessar pelos ativos: distribuidoras, operadoras tradicionais de refinaria globais e um segmento novo de prestadoras de serviços. Também presente no evento da FGV, o ex-ministro de Minas e Energia Fernando Coelho disse que as refinarias da Petrobrás são muito antigas e não devem atrair as grandes petroleiras. "As refinarias valem para a Petrobrás o que não vale para mais ninguém", disse, referindo-se ao valor de venda.

Os petroleiros não gostaram do anúncio. "Dizer que os preços dos derivados vão baixar com a venda das refinarias é mais uma notícia falsa do governo", disse José Maria Rangel, coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP). "O Castello Branco mente quando usa esse tipo de argumento para defender sua política de esfacelamento da companhia."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 29/06/2019****Seção: Economia****Autor: Fernanda Guimarães Luciana Collet****Título: Com alta demanda, Neoenergia capta R\$ 3,7 bi**

Em segunda abertura de capital do ano, empresa de energia tem demanda que supera em cinco vezes a oferta de papéis

A Neoenergia captou R\$ 3,7 bilhões na B3 ontem, na segunda abertura de capital do ano, após a Centauro. A demanda dos investidores pela Neoenergia foi alta e superou em cinco vezes a oferta de papéis. Com o lançamento dos papéis, o Banco do Brasil vendeu sua participação na Neoenergia. O fundo de pensão dos funcionários do banco público, a Previ, e a controladora Iberdrola também foram vendedores, mas de pequenas fatias.

A Neoenergia é um grupo integrado de energia, com operação nos segmentos de geração, transmissão e distribuição – esta última responde por 80% do caixa da companhia. O grupo controla as distribuidoras Coelba (BA), Celpe (PE), Cosern (RN) e Elektro (SP). Em geração, a Neoenergia tem capacidade instalada de 3,7 GW, entre usinas hidrelétricas, eólicas e térmica, incluindo 10% de Belo Monte. Já na transmissão, a companhia possui 679 quilômetros de linhas em operação e outros 4,6 mil km em construção, que exigirão investimento estimado em R\$ 8,8 bilhões.

A abertura de capital ocorre pouco mais de um ano e meio depois de uma tentativa fracassada nesse sentido, quando a empresa cancelou a oferta de papéis, "tendo em vista condições de mercado", segundo justificou à época. Para emplacar a abertura de capital agora, a Neoenergia reduziu o valor da companhia, em relação ao esperado na tentativa anterior. O desconto oferecido atraiu o investidor, que passou a ver a empresa como uma alternativa de exposição ao setor de energia, considerado previsível e seguro, num momento de perspectiva de retomada econômica e, conseqüentemente, do consumo de luz.

Além disso, agrada aos investidores a estratégia de crescimento da companhia, com diversificação já em andamento para o segmento de transmissão e as boas perspectivas de negócios, bem como potenciais ganhos de eficiência com o fortalecimento da espanhola Iberdrola como controlador do grupo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 29/06/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Polêmica em Alagoas faz Sergipe convidar Braskem a abrir unidade no Estado**

O governo do Sergipe enviou à Braskem um convite para que avalie a possibilidade de se instalar no Estado, em um momento em que a petroquímica foi forçada a paralisar atividades em Alagoas em meio a acusações de que o trabalho de mineração de sal-gema da companhia contribuiu para o afundamento de solo e interdição de vários edifícios em três bairros de Maceió.

O convite foi feito pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Sergipe e cita que o Estado deve iniciar produção de petróleo e gás por meio da Petrobrás e da Exxon, a partir 2023. Na quarta-feira, o Tribunal de Justiça de Alagoas determinou o bloqueio de R\$ 3,7 bilhões de contas da Braskem para garantir eventuais indenizações por danos causados em bairros de Maceió.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 29/06/2019****Seção: Opinião****Autor: Adriano Pires****Título: É hora do preço horário no setor elétrico?**

Há pilares importantes que alicerçam o funcionamento do setor elétrico brasileiro, dentre eles a estabilidade de regras, a transparência das decisões e a busca pela previsibilidade de custos e preços. Temos assistido a intenso debate nos últimos anos sobre adequações nos arranjos comerciais visando a tornar o mercado mais atrativo a novos empreendedores, elevando a oferta de energia com aumento de competitividade. É importante a avaliação de uma dessas mudanças que estão em discussão, que é o início da vigência do chamado “preço horário” a partir de 1.º de janeiro de 2020. Tema que, dado o impacto, requer avanços com passos prudentes, permitindo o necessário amadurecimento de regras, procedimentos e instituições, em consonância com recente entrevista do **ministro de Minas e Energia**, que disse ser essencial que a modernização do setor seja feita de forma responsável e fundamentada.

O fato é que, apesar do enorme esforço conduzido nos últimos dois anos, estamos há pouco mais de um mês da decisão de implantar ou não o preço horário em 2020 e ainda não temos a segurança de que atingimos o nível mínimo de maturidade para operacionalizar tal mudança. Em recente consulta

pública do Ministério de Minas e Energia (MME), a CP71, ficou claro o dissenso entre agentes sobre o tema. Cerca de metade das contribuições continha posições no sentido de adiar o início da vigência do preço horário para além de 2020. Outro expressivo contingente, apesar de não se objetar à meta do próximo ano, elencou condições para a sua viabilização que não podem ser atendidas em tempo hábil. Apenas duas instituições se posicionaram abertas e incondicionalmente a favor da implantação em janeiro de 2020.

A análise das ponderações dos agentes indica que ainda há lacunas regulatórias relevantes como: atualização das regras de comercialização considerando preço horário, definição do custo a ser adotado no rampeamento de usinas térmicas, apuração dos contratos, principalmente, no ambiente livre, à nova forma de contabilização e exposição assimétrica dos geradores à forma de contabilização horária. Esse é o caso do gerador eólico que tem a sua geração máxima não necessariamente coincidente com o período de maior Preço de Liquidação das Diferenças. Há no setor elétrico o receio de que a adoção do preço horário levaria a nova escalada de judicialização. Esse aspecto cresce em relevância quando se considera o custo das questões envolvendo o setor que foram levadas ao Judiciário nos anos recentes.

Para mitigar esse risco seria necessário mapear os potenciais obstáculos à mudança das condições de comercialização e construir soluções negociadas. Além desses aspectos, é preciso avaliar como os agentes reagirão às mudanças, de modo a evitar perturbações na operação do Sistema e do mercado. Neste sentido, exigir-se-á mudanças de organização e processos de todos os agentes, com destaque para o Operador Nacional do Sistema Elétrico e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, bem como geradoras e comercializadoras. Por tudo exposto, está claro que a implantação do preço horário apresenta uma série de questões relevantes ainda não resolvidas.

Todavia, o cumprimento da Resolução CNPE n.º 7 requer que a decisão seja tomada até 30 de julho, caso mantenha-se a meta de início da vigência em 2020. Sem dúvida a adoção de preço horário faz parte do rol de mudanças pertinentes à modernização do setor, permitindo-se maior granularidade de preços durante picos de consumo ao longo do dia. Isso pode auxiliar o planejamento de leilões de pico e potência, além de possibilitar sinal de preço mais atinente ao consumidor, fundamental na gestão de demanda própria de setores elétricos modernos.

Considerando o potencial impacto no funcionamento do setor parece ser prudente adiar o início da vigência do preço horário. Esse tempo adicional não causaria prejuízos ao funcionamento do mercado e garantiria a preparação necessária para essa mudança. Com isso, o MME evitaria a repetição do

ocorrido quando da MP 579, de triste memória, cujos efeitos negativos ainda são observados particularmente para os consumidores de energia do País.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Renato Carvalho

Título: Broadcast de olho nas ações

Para analistas, estatais ainda têm bom potencial com privatizações

Os planos do governo de privatizar subsidiárias e controladas de empresas estatais, além da recuperação econômica, são fatores que devem impulsionar ainda mais as ações de Petrobrás, Eletrobrás e Banco do Brasil neste ano. Esses papéis já experimentam trajetórias positivas desde o final do ano passado, após a eleição do presidente Jair Bolsonaro, mas segundo analistas, ainda há um bom potencial de valorização. Segundo Pedro Galdi, analista da Mirae Asset, esse movimento de venda de subsidiárias e até mesmo de participações detidas por estatais, como foi o caso da venda de ações da Petrobrás detidas pela Caixa, deve continuar e até mesmo se intensificar nos próximos meses. Por isso, o profissional acredita que ainda há potencial para alta dos papéis dessas empresas. “Principalmente pelo fato de que no preço justo atual calculado pelos analistas não está contemplada a plena recuperação da economia, que deve ser observada mais adiante.

Além disso, a venda de ativos por parte das estatais traz junto um uso mais racional dos recursos”, explica. O economista-chefe do Modal- Mais, Alvaro Bandeira, afirma que a intenção do governo de vender participações acionárias em empresas é bastante oportuna, mas o processo deveria ser aprofundado. “O governo deveria sair do controle e da gestão, deixando para o setor privado a administração das empresas.” Mesmo com essa ressalva, Bandeira também enxerga uma boa perspectiva para as ações. “Além das privatizações, são necessários novos aportes de recursos dos acionistas para modernização e expansão das atividades. Ainda assim penso existir possibilidades de valorizações dessas empresas, a partir de ganhos de eficiência e melhor equacionamento financeiro.”

Para André Ferreira, analista da My- Cap, o processo de diminuir a participação do Estado nas empresas é interessante por diminuir a possibilidade de ingerências. “Assim, as empresas passariam a focar em geração de fluxo de caixa agregando para o investidor e para o crescimento da empresa.” Com a virada de mês, muitas corretoras fizeram alterações nas carteiras recomendadas. A XP substituiu JBS ON por EDP Energias do Brasil ON. Segundo

a equipe de analistas da corretora, a ação negocia com um desconto injustificado. A Guide trocou IRB Brasil Re ON por Lojas Americanas PN, diante da recuperação dos resultados operacionais da varejista, melhoria da alavancagem operacional e múltiplos atrativos. O BB Investimentos só manteve Bradesco PN no portfólio, que conta agora com Cyrela ON, Cia. Hering ON, Movida ON e Ichope- Maxion ON.

O Bradesco BBI realizou só uma troca, com a saída de Even ON e a entrada de Vale ON. A Mirae Asset fez três trocas, com as entradas de Banco do Brasil ON, Cosan ON e Vale ON. A My- Cap manteve Itaú Unibanco PN e Gerdau PN, e entraram nas recomendações Eneva ON, Eletrobras ON e Vale ON. A Socopa fez duas trocas, com saídas de Hypera ON e BRMalls ON, e a inserção de GPA PN e Metalúrgica Gerdau PN. A ModalMais trocou todas as recomendações, e a carteira tem Bradesco PN, Banco do Brasil ON, BR Distribuidora ON, Fleury ON e Gerdau PN. A Nova Futura também trocou toda a lista, com BRF ON, Eletrobras PNB, Cia. Hering ON, Usiminas PNA e Embraer ON.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/06/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: Plinio Nastari

Título: Desculpe, sra. Merkel

A chanceler alemã, Angela Merkel, declarou que pretendia ter uma conversa "clara" com o presidente Bolsonaro sobre as políticas ambientais do Brasil durante a cúpula do G-20 em Osaka. O arsenal de Bolsonaro para respondê-la é grande, pois pode mostrar dados irrefutáveis da Embrapa Territorial indicando que o Brasil mantém uma área destinada à preservação e proteção da vegetação nativa correspondente a 66,3% do seu território. Embora seja uma potência mundial agrícola, ocupa somente 9% do território com todas as lavouras e florestas plantadas. A vegetação nativa preservada nos imóveis rurais privados, sem qualquer compensação econômica, ocupa 20,5%; nas unidades de conservação, outros 13,1%; nas terras indígenas, mais 13,8%; e em terras devolutas e não cadastradas, outros 18,9%.

Na União Europeia a realidade é inversa. A vegetação nativa ocupa irrisório 0,3% do território, e até mesmo a Floresta Negra da Alemanha, que não é nativa, por se tratar de vegetação homogênea, apresenta quase nenhuma biodiversidade. Nossa matriz energética é 44% renovável, tendo a cana-de-açúcar como segunda maior fonte de energia, com 17,0% da oferta de energia primária, menor apenas do que o petróleo e seus derivados. Na área de combustíveis líquidos, no primeiro trimestre de 2019 o etanol utilizado em mistura com a gasolina e puro pela frota flex substituiu 45,6% de toda a gasolina consumida.

Desde 1976, o etanol já substituiu 3 bilhões de barris de gasolina, com uma economia de mais de US\$ 506 bilhões. Não é pouco num país que possui reservas de petróleo e condensados de 12,6 bilhões de barris, incluindo o pré-sal, e reservas internacionais de US\$ 383 bilhões.

No Brasil, o etanol tem substituído aromáticos cancerígenos contidos na gasolina, reduzindo também emissões de material particulado e outros compostos nocivos à saúde, como o monóxido de carbono, formaldeídos e compostos orgânicos voláteis geradores de smog fotoquímico. Bolsonaro pode lembrar Merkel de que estamos, também, substituindo 10% de todo o diesel fóssil com biodiesel e que já aprovamos um cronograma para elevar essa mistura para 15% até 2023. E que, por causa do uso de biocombustíveis e de medidas como o rodízio, São Paulo não tem a mesma poluição do ar que metrópoles como Pequim, Deli e Cidade do México.

Bolsonaro pode lembrar Merkel de que o Congresso brasileiro aprovou em 2017 o RenovaBio, que sem subsídios ou novo imposto sobre carbono criou um mecanismo de certificação que vai incentivar a eficiência energética-ambiental e terá como resultado redução de preço dos biocombustíveis ao consumidor, levando a uma precificação do carbono pelo mercado, e não pela caneta de um burocrata de governo. Que suas metas de descarbonização devem levar a uma redução acumulada de emissão de 686 milhões de toneladas de CO₂e até 2029, o que corresponde a mais de um ano de emissões totais da França. Bolsonaro pode lembrar Merkel de que o Brasil tem uma opção tecnológica de mobilidade muito superior à que a Alemanha e outros países europeus estão perseguindo ao pretenderem substituir motores de combustão interna por carros elétricos a bateria, numa falsa ilusão de que desta maneira estarão gerando emissão zero.

Bolsonaro pode questionar Merkel sobre a política ambiental alemã, que atualmente usa energia elétrica obtida com a queima de carvão e gás natural para movimentar a sua frota de carros pretensamente limpos, utilizando baterias produzidas com metais raros extraídos via de regra de forma não sustentável. O carro a bateria não emite CO₂, mas a geração da energia nela armazenada, e a emitida para produzir e descartar a bateria, sim.

Quando levada em conta a avaliação do ciclo de vida fechado (poço-a-roda), os carros elétricos, a bateria, europeus estão emitindo hoje aproximadamente 92 gCO₂e/km e, talvez, com todos os avanços previstos, estejam emitindo 74 gCO₂e/km em 2032 – isso sem contar os custos ambientais de fabricação e descarte das baterias e os elevados investimentos e custos ambientais de uma nova infraestrutura de recarga.

Bolsonaro pode indicar a Merkel que, por causa da pegada de carbono quase neutra do etanol, a emissão de gases do efeito estufa dos atuais veículos

equipados com motores de combustão interna utilizando etanol ainda não otimizados é de apenas 58 gCO₂e/km, e novas tecnologias a serem em breve implantadas como resultado da Lei do Rota2030 aprovada em 2018, estamos indo na direção de 47 gCO₂/km. Estamos indo na direção da eletrificação com biocombustíveis com o novo híbrido flex a etanol, que entra no mercado em outubro e já é considerado o carro mais limpo do planeta, pois emite apenas 39 gramas, e a célula a combustível a etanol que já tem protótipo pronto, e quando chegar às ruas emitirá apenas 27 gramas por km.

É por esse motivo que dirigentes de montadoras europeias têm alertado Merkel e o presidente francês, Makron, de que até os atuais carros movidos a diesel são mais limpos do que a opção tecnológica que ambos têm incentivado com enormes subsídios, mas pouco interesse tem capturado nos consumidores.

Bolsonaro pode indicar a Merkel que, em realidade, o Brasil tem em suas mãos a solução para resolver o mais grave desafio que a Europa enfrenta atualmente, a crise dos refugiados. A adoção desta estratégia na África e em outras regiões do globo poderá aumentar a produção de alimentos e energia, reduzir a dependência energética por energia fóssil, fixar o homem no campo, reduzir o desmatamento ligado à coleta de madeira para cocção, gerar renda e emprego e incentivar o comércio. Bolsonaro e Merkel podem manter um diálogo sobre como lideranças globais, unidas, podem tentar amenizar os efeitos dos dois grandes problemas que afligem a humanidade: o aquecimento global e a crise do emprego, com sustentabilidade econômica, social e ambiental.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/06/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Pela internet, nióbio, o 'ouro' de Bolsonaro

Em transmissão do Japão, presidente mostra talheres e bijuteria feitos com o metal e volta a defender o produto com saída para economia

De Osaka, no Japão, onde participa da cúpula de líderes do G20, o presidente Jair Bolsonaro aproveitou sua transmissão ao vivo semanal no Facebook para exibir aos espectadores produtos feitos de nióbio e comprados por sua equipe no país asiático. Desde a campanha eleitoral do ano passado, o chefe do Palácio do Planalto defende um maior investimento na exploração deste metal no Brasil.

Na noite de quinta-feira, Bolsonaro mostrou uma bijuteria, um pingente e talheres cujos valores somados equivaleriam a US\$ 1.450 (R\$ 5,5 mil). Segundo

o presidente, o mercado de peças em nióbio é uma oportunidade para a economia brasileira.

De acordo com Bolsonaro, cuja exibição da bijuteria rendeu piadas e memes na internet, o "tal cordão azul de nióbio custa US\$ 1 mil", o equivalente a R\$ 3,8 mil, na cotação atual. Caso fosse de ouro, sustentou o presidente, a mesma peça valeria cerca de R\$ 3 mil no Brasil.

— Bijuteria, entre aspas, de nióbio sendo produzida e vendida no Japão ainda não está divulgada em todo o mundo, mas tem preço pouco acima caso fosse ouro. E ainda tem gente que fica me criticando quando eu falo de nióbio. As aplicações são muitas, essa aqui é apenas a bijuteria — disse o presidente, ao citar as regiões onde o metal é encontrado:.

— Nióbio, só o Brasil tem. Tem em Araxá (MG). Em Catalão (GO) que parece que passou para as mãos dos japoneses. Foi uma das últimas ações do presidente que nos antecedeu, com seu ministro de Minas e energia. E tem na região de Seis Lagos também, na Região Norte.

Na transmissão, Bolsonaro ainda mostrou um garfo e uma colher banhados a nióbio. Os talheres custaram, de acordo com o presidente, US\$ 150 cada (na cotação atual, R\$ 573). As peças foram compradas no Japão por um assessor. Bolsonaro ainda exibiu um pingente de nióbio que serviria "para colocar no telefone", como enfeite, também de US\$ 150.

PARCERIA JAPONESA

Sem identificar o interlocutor, o presidente Jair Bolsonaro contou que se reuniu no Japão com um produtor interessado em fechar parceria como Brasil neste ramo.

— Conversei com quem produz. Veio para cá, para o nosso hotel. Conversamos, peguei o cartão dele. Ele quer uma parceria conosco. Ele não vende isso aqui em escala comercial, é como se fosse um hobby dele. Ele está preocupado em produzir agora um colisor linear internacional (acelerador de partículas) de nióbio. Não sei do que se trata, vou procurar um cientista para dizer para vocês. Tem tudo para dar certo, depende da nossa união. Nós temos o que o mundo não tem mais — destacou aos espectadores da transmissão.

Bolsonaro é um defensor do nióbio. Durante a campanha presidencial no ano passado, ele chegou a postar na rede um vídeo de 20 minutos sobre o metal. "Fala-se muito em Vale do Silício no mundo, né? No caso, fica nos Estados Unidos. E eu sonho, quem sabe um dia, termos também o Vale do Nióbio", defendeu no vídeo, tendo como cenário uma mina do metal.

O nióbio tem sido usado como aditivo para o aço, tornando-o mais forte e leve. Entre as indústrias que desenvolvem pesquisas sobre o metal e já o utilizam estão as montadoras de automóveis e as empresas ligadas à área aeroespacial.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/06/2019

Seção: Brasil

Autor: Simone Kafruni

Título: Refinarias à venda

A Petrobras deu o pontapé inicial do programa de venda de refinarias e divulgou ontem alertas de quatro empreendimentos. A estatal também anunciou que os “teasers” de outras quatro refinarias serão lançados ainda neste ano. As oito refinarias têm capacidade de processamento de 1,1 milhão de barris diários e são responsáveis por cerca de 50% do parque de refino da empresa.

Na opinião de Claudio Frischtak, presidente da InterB. Consultoria, a iniciativa rompe o monopólio. “Vai beneficiar o consumidor, as refinarias vão receber investimentos porque a Petrobras tem uma limitação de recursos para modernizá-las e ainda sinaliza que o mercado, dominado pela estatal, vai se abrir”, enumerou.

Estão na carteira de venda os seguintes ativos: as refinarias Abreu e Lima (Rnest), Landulpho Alves (Rlam), Refinaria Gabriel Passos (Regap), Presidente Getúlio Vargas (Repar), Isaac Sabbá (Reman), Alberto Pasqualini (Refap), a Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), e Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), bem como os ativos logísticos integrados as refinarias.

A primeira fase começou ontem, com a publicação dos teasers das Rnest (PE), Rlam (BA), Repar (PR), e Refap (RS). A Petrobras contratou o Citigroup como assessor financeiro para o processo de venda. Podem participar empresas do setor de óleo e gás, com receita anual, em 2018, superior a US\$ 3 bilhões, ou investidores financeiros, com, pelo menos, US\$ 1 bilhão em ativos. “Os desinvestimentos estão alinhados à otimização de portfólio e à melhoria de alocação do capital, visando à maximização de valor para os acionistas”, afirmou.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 29/06/2019****Seção: Brasil****Autor:****Título: Julho começa com taxa extra na conta de luz****Deu no www.correiobraziliense.com.br**

Com o início do período seco chega também a conta de energia mais cara. Em julho, a bandeira tarifária será amarela, com custo adicional de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatts-hora consumidos, determinou ontem a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). “Julho é um mês típico da estação seca nas principais bacias hidrográficas do Sistema Interligado Nacional (SIN) e a previsão hidrológica para o mês sinaliza vazões abaixo da média histórica e tendência de redução dos níveis dos principais reservatórios. Esse cenário requer o aumento da geração termelétrica, o que influenciou o aumento do preço da energia em patamares condizentes com o da bandeira amarela”, justificou a agência.

Juros

5,95%

*Valor da TJLP
que vigorará de
1º de julho a
30 de setembro,
segundo o
Banco Central*

MME / ASCOM .